Entidade	2006	2007	2008
Serviços Sociais do Ministério da Justiça	8 264	8 264	8 264
Polícia Judiciária	181 818	181 818	181 818
Centro de Estudos Judiciários	9 917	9 917	9 917
<i>Total</i>	5 122 313	5 122 313	5 122 313

2 — A importância fixada para cada ano pode ser acrescida do saldo apurado no ano que antecede.

3 — Os encargos decorrentes da presente portaria são suportados por verbas adequadas a inscrever nos orçamentos de cada uma das entidades adjudicantes que compõe o agrupamento.

21 de Junho de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA SAÚDE

Despacho n.º 25 099/2006

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 6.º e 13.º dos Estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, dá-se por findo, a seu pedido, o mandato da anterior vogal, a licenciada Maria Isabel da Silva Figueiredo Pires, e é nomeado vogal do conselho de administração do Hospital de São Teotónio, E. P. E., o licenciado José Alberto Ventura da Cruz Martins, cujo currículo se anexa.

2 — O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

30 de Outubro de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — Pelo Ministro da Saúde, *Francisco Ventura Ramos*, Secretário de Estado da Saúde.

Nota curricular

José Alberto Ventura da Cruz Martins, administrador hospitalar de carreira há mais de 15 anos, possui a licenciatura em Direito, tem o curso de Administração Hospitalar da Escola Nacional de Saúde Pública e de entre vários cursos de formação e actualização, na sua área profissional, tem o curso sobre Técnicas de Engenharia Industrial Aplicadas aos Hospitais, ministrado por consultores da Universidade norte americana de Wisconsin, cuja componente prática teve lugar no Hospital Universitário de Wisconsin, na cidade de Madison, nos Estados Unidos da América.

Nestes anos de exercício profissional esteve sempre ligado à administração hospitalar. Iniciou a sua actividade profissional no ano de 1986, nos Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC), onde foi administrador da Maternidade Dr. Daniel de Matos.

Foi presidente do conselho de administração do Hospital Distrital de Oliveira de Azeméis de 1989 a 1998. Durante esse período desempenhou igualmente as funções inerentes ao cargo de administrador-delegado.

Entre 1999 e 2001, regressou aos Hospitais da Universidade de Coimbra onde foi director do Serviço de Doentes e Estatística e responsável pela direcção do Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão, órgão de *staff* do conselho de administração dos HUC.

Foi administrador-delegado do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia em 2002.

Actualmente é director financeiro dos HUC, sendo da sua responsabilidade a Direcção dos Serviços Financeiros e de Contencioso dos HUC.

Para além da participação em variados encontros e seminários, tem vindo a colaborar como prelector em vários mestrados e pós-graduações na área da administração e gestão de serviços de saúde.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

EXÉRCITO

Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército

Despacho n.º 25 100/2006

Delegação de competências no comandante da instrução e doutrina do Exército

1 — O despacho n.º 21 506/2006 (2.ª série), de 22 de Setembro, do Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da Repú-*

blica, 2.ª série, n.º 205, de 24 de Outubro de 2006, é alterado nos seguintes termos:

«1 — [...]

2 — [...]

3 — [...]

4 — A competência referida na alínea b) do n.º 1 pode ser subdelegada no director de Educação.

5 — (*Anterior n.º 4.*)

6 — (*Anterior n.º 5.*)»

2 — O presente despacho produz efeitos desde a data da produção de efeitos do despacho alterado.

10 de Novembro de 2006. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Luís Vasco Valença Pinto*, general.

Rectificação n.º 1842/2006

Por ter saído com inexactidão o despacho n.º 21 497/2006 (2.ª série), de 22 de Setembro, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 205, de 24 de Outubro de 2006, rectifica-se que no n.º 4 onde se lê «podendo estes, quanto às previstas no n.º 2, subdelegá-las nos comandantes, directores ou chefes dos estabelecimentos e órgãos que se encontrem na respectiva dependência directa» deve ler-se «podendo estes subdelegá-las nos comandantes, directores ou chefes dos estabelecimentos e órgãos que se encontrem na respectiva dependência directa».

10 de Novembro de 2006. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Luís Vasco Valença Pinto*, general.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Conselho dos Oficiais de Justiça

Despacho (extracto) n.º 25 101/2006

Por despacho do subdirector-geral da Administração da Justiça de 12 de Setembro de 2006, foi nomeado secretário de inspecção do Conselho de Oficiais de Justiça José Manuel Medeiros de Paiva, escrivão-adjunto, ao abrigo do artigo 122.º de Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, com efeitos à data da publicação do movimento dos oficiais de justiça de Fevereiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Novembro de 2006. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

Despacho (extracto) n.º 25 102/2006

Por despacho da directora-geral da Administração da Justiça de 22 de Setembro de 2006, foi nomeado secretário de inspecção do Conselho dos Oficiais de Justiça José Henriques Rodrigues de Sousa, escrivão de direito, ao abrigo do artigo 122.º de Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, com efeitos a partir do dia 2 de Outubro do corrente ano. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Novembro de 2006. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 25 103/2006

Por despacho do subdirector-geral de 25 de Agosto de 2006, Isabel Maria Teixeira dos Santos, assistente administrativa principal do Centro Regional de Alcoologia do Norte, a exercer funções, em comissão de serviço, como escrivã auxiliar nos Juízos de Pequena Instância Criminal de Lisboa, cessou, a seu pedido, a mesma comissão, com efeitos a 4 de Setembro de 2006.

22 de Novembro de 2006. — A Directora de Serviços, *Helena de Almeida Esteves*.

Despacho (extracto) n.º 25 104/2006

Por despacho do subdirector-geral de 5 de Setembro de 2006, Cristiana Soares do Nascimento Pires, assistente administrativa especialista da empresa municipal Águas de Gaia, E. M., a exercer funções, em comissão de serviço, como escrivã auxiliar do Tribunal da Comarca

de Santo Tirso, cessou, a seu pedido, a mesma comissão, com efeitos a 17 de Setembro de 2006.

22 de Novembro de 2006. — A Directora de Serviços, *Helena de Almeida Esteves*.

Despacho (extracto) n.º 25 105/2006

Por despacho do subdirector-geral da Administração da Justiça de 14 de Novembro de 2006, foi a *Telma Maria Sustelo Martins Meireles de Sousa*, assistente administrativa principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, após anuência do serviço de origem, autorizada a transferência para idêntico lugar de quadro desta Direcção-Geral, sendo remunerada pelo 6.º escalão, índice 290, com efeitos a 20 de Novembro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Novembro de 2006. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

Despacho (extracto) n.º 25 106/2006

Por despacho da directora-geral de 6 de Outubro de 2006, foi *Adriana do Céu Ferreira Rodrigues*, técnica de justiça principal, nomeada, em comissão de serviço, para exercer funções de formadora-coordenadora no Centro de Formação de Oficiais de Justiça, com efeitos a 2 de Novembro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Novembro de 2006. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

Despacho n.º 25 107/2006

Nos termos do artigo 54.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, para integrar a equipa de projecto de apoio às novas tecnologias instaladas nos tribunais o oficial de justiça *Tiago Loureiro dos Santos*, número mecanográfico 53800, escrivão auxiliar da 3.ª Vara Cível de Lisboa.

O presente despacho produz efeitos a 20 de Novembro.

22 de Novembro de 2006. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

Serviços Sociais

Deliberação n.º 1697/2006

Por deliberação do conselho de direcção dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça de 18 de Outubro de 2006;

Considerando que em 19 de Julho de 2006 ocorreu a cessação da comissão de serviço da chefe de divisão de Gestão dos Recursos Humanos e Administrativos;

Considerando que nos termos do n.º 4 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o exercício de funções em regime de gestão corrente não poderá exceder o prazo de 90 dias;

Considerando que o n.º 1 do artigo 27.º do mesmo diploma prevê em caso de vacatura de lugar os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição;

Considerando que, nos termos do PRACE, os Serviços Sociais do Ministério da Justiça serão extintos e objecto de fusão com a Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, o que implicará que eventuais situações de substituição possam subsistir por mais de 60 dias;

Delibera-se, nos termos do n.º 3 do artigo 27.º do diploma supra-citado, o seguinte:

1 — A manutenção das funções dirigentes, em regime de substituição, da chefe de divisão de Gestão de Recursos Humanos e Administrativos, licenciada *Elisa da Silva Flores*, técnica superior principal do quadro da Direcção-Geral da Administração Pública.

2 — A presente deliberação produz efeitos a 19 de Outubro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Novembro de 2006. — O Vogal do Conselho de Direcção, *João Carlos Ouro Sardinha*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Aviso n.º 13 108/2006

Por meu despacho de 21 de Novembro de 2006, *Deolinda Maria Picado* foi nomeada definitivamente assessora principal, ao abrigo das Leis n.ºs 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e 10/2004, de 22 de Março, com efeitos reportados a 29 de Setembro de 2005, precedida de parecer prévio da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, para um lugar do quadro de pessoal desta Direcção-Geral.

21 de Novembro de 2006. — O Director-Geral, *José Soeiro*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Direcção-Geral da Empresa

Despacho n.º 25 108/2006

Lista de normas harmonizadas no âmbito da aplicação da directiva relativa às embarcações de recreio

1 — Para efeitos do disposto na alínea *d*) do n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 168/2005, de 26 de Setembro, a lista das normas harmonizadas adoptadas no âmbito da aplicação da Directiva n.º 94/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Junho, relativa às embarcações de recreio, com a última redacção que lhe foi dada pela Directiva n.º 2003/44/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Junho, de acordo com as Comunicações da Comissão Europeia n.ºs 95/C 255/03, de 30 de Setembro, 97/C 384/03, de 18 de Dezembro, 98/C 59/03, de 25 de Fevereiro, 2001/C 138/05, de 11 de Maio, 2002/C 59/06, de 6 de Março, 2002/C 91/03, de 17 de Abril, 2002/C 235/03, de 1 de Outubro, 2002/C 318/05, de 19 de Dezembro, 2003/C 80/11, de 3 de Abril, 2003/C 118/09, de 20 de Maio, 2003/C 137/03, de 12 de Junho, 2003/C 163/02, de 12 de Julho, 2003/C 261/12, de 30 de Outubro, 2005/C 5/03, de 8 de Janeiro, 2005/C 107/04, de 3 de Maio, 2005/C 219/05, de 7 de Setembro, 2006/C 61/03, de 14 de Março, 2006/C 113/03, de 13 de Maio, e 2006/C 223/02, de 16 de Setembro, é a que consta no anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

2 — É revogado o despacho n.º 19 861/2005 (2.ª série), de 29 de Julho.

15 de Novembro de 2006. — O Director-Geral, *Hélder Oliveira*.

ANEXO

Referência	Título	Norma harmonizada revogada e substituída	Data da cessação da presunção de conformidade da norma revogada e substituída ⁽¹⁾ .
EN ISO 6185-1:2001	Embarcações insufláveis — Parte 1: Embarcações com motor de potência máxima de 4,5 kW (ISO 6185-1:2001).		
EN ISO 6185-2:2001	Embarcações insufláveis — Parte 2: Embarcações com motor de potência máxima de 4,5 kW a 15 kW, inclusive (ISO 6185-2:2001).		